

**Alberto Furuguem**  
([furuguem@furuguem.com.br](mailto:furuguem@furuguem.com.br))

### **DILMA ROUSSEF – UM DISCURSO EQUILIBRADO**

O consultor Robert Wong entende que “O SUCESSO ESTÁ NO EQUILÍBRIO”. Wong, que é especialista em RH, refere-se ao sucesso profissional e pessoal de um indivíduo. Forçando um raciocínio paralelo, poderíamos nos arriscar a dizer que, possivelmente, o sucesso do Governo Dilma Roussef, que ora se inicia, estará no grau do equilíbrio da sua ação governamental.

O primeiro equilíbrio necessário será o fiscal. Isso não é pouca coisa na atual conjuntura. Com a atividade econômica crescendo a um ritmo bem mais modesto do que em 2010, até por limitações físicas na infra-estrutura e na capacidade instalada das empresas, a receita tributária também tenderá a crescer a taxas mais moderadas em 2011 e nos anos seguintes. Como a demanda por recursos é crescente, restará ao Governo Dilma Roussef controlar a expansão das despesas e exercer critérios de prioridade.

Um primeiro teste, importante, será o do reajuste do salário mínimo, já fixado por Lula, para 2011, em R\$ 540,00. As pressões para aumento desse valor serão muito fortes. Caberá ao Governo manter-se firme, se quiser sinalizar uma postura de austeridade, necessária na atual conjuntura, bem diferente do que assistimos durante os dois mandatos de Lula.

No discurso de posse, a Presidente Dilma sinalizou que dará prioridade para as áreas da educação, da saúde e da segurança pública, o que nos parece correto. Isso pode significar maiores gastos naquelas áreas, mas será fundamental, também, buscar uma maior racionalidade nos gastos. A qualidade da ação executiva será, portanto, decisiva.

Foi dito no discurso que se buscará melhorar o sistema tributário, com maior simplificação. Isso é mais do que desejável. Se isso significar, também, menor tributação (como consta que constitui meta, a redução da carga sobre a folha de pagamentos) melhor ainda.

Não se falou, entretanto, no discurso, em carga tributária, que cresceu fortemente desde o lançamento do Plano Real (1994). Sobre isso, devemos torcer para que, em algum momento, o Governo Dilma Roussef afirme que não buscará o equilíbrio fiscal com aumento da carga tributária, uma rotina nos dois mandatos de FHC e de Lula. Mas o ensaio (felizmente frustrado) sobre a volta da CPMF (anunciado como demanda de alguns Governadores) nos deixa de pé atrás, sobre a postura do novo governo com relação à carga tributária. O tempo dirá.

Nada foi dito sobre a taxa de juro, no discurso de posse. Ainda bem! Isso deixa, em princípio, o BC mais à vontade para fazer a política monetária que julgar mais indicada para controlar a inflação. Como a inflação está em alta e situa-se acima da meta, tudo indica que na próxima reunião do COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central), nos dias 18 e 19 de janeiro, a primeira sob a gestão Tombini, seja anunciada uma retomada da alta da taxa SELIC, atualmente em 10,75%.

Uma sinalização importante feita por Tombini, quando assumiu o cargo, nesta segunda-feira, foi mencionar o desejo de ver metas mais ambiciosas para a inflação, no futuro, algo como 3,0% a.a.. De fato, a inflação brasileira tem estado muito alta para os atuais padrões das principais economias emergentes. O Governo Lula foi algo tolerante com a inflação ao manter, por longo período, a meta no mesmo patamar de 4,5%a.a.

É de se perguntar, por ora, até que ponto a política fiscal do Governo Dilma, irá contribuir para amenizar as pressões inflacionárias, já que em todo o período Lula da Silva ocorreu exatamente o contrário.

Outros fatores, não monetários e até não fiscais, como a presença da indexação automática em importantes segmentos da economia brasileira também estão à espera de iniciativas do poder público para serem removidos (sem quebra unilateral de contratos) da vida dos brasileiros. Somente assim, bem lá na frente, poderemos ter, ao mesmo tempo, tanto a inflação quanto a taxa de juro em patamares mais próximos dos vigentes nas principais economias emergentes e desenvolvidas.

Neste momento, se o compromisso com a estabilidade dos preços, mencionado no discurso de posse por Dilma, for para valer, o melhor que os outros membros da equipe econômica e principalmente a própria Presidente podem fazer é apoiar o BC, caso este entenda necessários novos aumentos dos juros, enquanto a inflação não convergir para a meta. A conferir.

Na área da política cambial não é de se esperar mudança relevante. O desconforto com a valorização do real poderá ser minorado, a partir de algum momento, pela própria evolução do dólar no cenário internacional (eventual estabilidade e até valorização) e a ampliação do nosso déficit em conta corrente. A política de reforço das reservas cambiais, implementada na gestão Meirelles, foi reafirmada no discurso de posse de Dilma. A permanência de Mantega no Ministério da Fazenda, por outro lado, sugere que, se entender necessário, novas medidas de restrição ao ingresso de recursos externos poderão ser adotadas para conter novas valorizações do real.

Em suma, podemos dizer que o discurso de posse de Dilma Rousseff foi equilibrado, deixando espaço para uma execução consistente da política macroeconômica. Sua efetiva consistência e qualidade, entretanto, somente a conheceremos com o tempo, na prática.

Se no Governo Lula a retórica foi muito além da execução, devemos torcer para que, agora, a ação executiva supere a retórica. Já temos um bom exemplo a seguir, na área da segurança pública, liderado pelo Secretário José Mariano Beltrame, no Rio de Janeiro.

**Brasil - Indicadores Seleccionados**

Ítems	2007	2008	2009	2010 estimativa	2011 projeção
1. População (Milhões de habitantes) (1)	185,7	187,6	189,0	191,1	192,8
2. PIB (US\$ bilhões) (PPP)	1834,0	1860,0	1900	1970,0	2020,0
3. PIB per capita (dólares) (PPP) (1)	9876	9915	10053	10309	10477
4. PIB (R\$ bilhões - a preços correntes)	2661	3032	3185	3550	3870
5. PIB (US\$ bilhões - a preços correntes)	1310	1491	1420	1968	2150
6. PIB - Crescimento (% a.a.)	6,1	5,2	-0,6	7,7	4,5
- Indústria	5,3	4,1	-6,4	10,7	3,5
- Agropecuária	4,8	6,1	-4,6	6,8	5,2
- Serviços	6,1	4,9	2,2	5,6	5,0
7. Inflação (% a.a.) (preços ao consumidor) (IPCA)	4,5	5,9	4,3	5,9	5,4
8. Inflação (% a. a. - IGPM)	7,7	9,8	-1,7	11,3	5,5
9. Taxa média de desemprego (%)	9,3	8,1	8,1	6,5	6,3
10. Taxa Nominal de juros (SELIC % a.a.)	11,25	13,75	8,75	10,75	12,25
11. Taxa real de juros (% a.a.)	8,1	7,2	4,5	4,0	5,8
12. Taxa de Investimento	17,4	19,1	19,5	20,0	20,0
13. Exportações (US\$ bilhões)	160,6	197,9	153,0	201,9	245,0
14. Importações (US\$ bilhões)	120,6	173,2	127,6	181,6	235,0
15. Balança comercial (US\$ bilhões)	40,0	24,7	25,4	20,2	10,0
16. Saldo em conta-corrente (US\$ bilhões)	3,6	-28,3	-24,3	-51,0	-66,0
17. Saldo em conta-corrente/PIB (%)	0,3	-1,8	-1,6	-2,5	-3,0
18. Investimentos Externos (US\$ bilhões)	34,6	45,1	25,9	31,0	40,0
19. Reservas Cambiais (US\$ bilhões)	180,3	206,8	239,0	288,6	300,0
20. Dívida externa total líquida (US\$ bilhões)	-11,9	-27,7	-61,2	-50,0	-55,0
21. Dívida externa total líquida/exportações	0,0	-0,1	-0,4	-0,3	-0,3
22. Taxa de Câmbio final de período (R\$/US\$)	1,78	2,35	1,74	1,67	1,80
23. Taxa de Câmbio Real/Dólar (variação %)	-16,8	32,0	-26,0	-4,0	7,8
24. Déficit Público Nominal (% PIB)	2,3	2,0	3,3	2,5	2,4
Governo Federal	...	0,9	3,4	...	...
Governos Estaduais e Municipais	...	1,2	-0,1	...	...
Empresas Estatais	...	-0,1	...	...	...
25. Dívida Pública Líquida (US\$ bilhões)	674,6	490,9	773,2	805,0	828,0
26. Dívida Pública Líquida/PIB (%)	43,9	38,8	43,0	41,0	40,0
27. Dívida Pública Líquida (R\$ bilhões)	1150,4	1153,6	1345,3	1455,0	1540,0
28. Carga Tributária (% do PIB)	34,5	34,9	34,3	35,0	35,0
29. Juros/PIB (%) <sup>(**)</sup>	6,3	5,6	5,4	5,4	5,2
30. Supermercados - Vendas Reais (%)	5,9	9,0	5,5	4,3	4,0

Fonte dos dados observados: IBGE, Banco Central, FGV, BNDES, IPEA; SECEX e ABRAS.

(1) Estimativa sujeita a alteração

(\*) Calculado pelo Banco Mundial, utilizando o critério de Paridade de Poder de Compra (PPP) .

(\*\*) Juros nominais